



Direção fracionada: a formação do Partido da Frente Sandinista e as disputas internas das Tendências pelos projetos políticos na Nicarágua (1957 – 1990)

Bianca da Costa Bastos¹

Introdução e contexto político

A história da América Latina tem sido vista de maneira mais clara e mais relevante nos últimos anos. Desafiando debates que margeiam o eurocentrismo, o povo latino-americano tem reafirmado sua importância e valor cultural, teórico e prático. Para entendermos concretamente a história da América Central, é necessário que sejam estudadas suas origens e construção de movimentos sociais que tiveram destaque. Neste processo, esbarramos com a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), principal responsável pelo triunfo da Revolução Popular Nicaraguense de 1979.

Ao longo do século XX, dominada por uma forte instabilidade política e econômica, a Nicarágua foi território explorado pela política imperialista dos Estados Unidos (EUA). Entendemos aqui imperialismo pela concepção leninista de que

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo – do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas (LENIN, 2011, p. 216).

E destacamos a análise feita pela professora e historiadora Virgínia Fontes,

Para evitar a redução política do conceito de imperialismo, o que Lenin combateu vivamente, tornou-se fundamental averiguar a íntima ligação entre as características socioeconômicas próprias dos momentos de máxima concentração do capital e a capilarização de suas bases sociais (expropriações e mercantilizações), tema que atravessa boa parte da obra de Marx (FONTES, 2010, p. 12)

¹ Mestra e doutoranda em História Social no Programa da Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Professora da rede privada no Rio de Janeiro.



Os norte-americanos ocuparam militarmente o país, desde o início do referido século até o ano de 1933, com o objetivo de controlar mercados e rotas comerciais e desta forma, garantir a hegemonia econômica por meio do aumento cada vez mais violento de acumulação de capital. Explorando assim um país inserido na lógica de exportação de matérias-primas e importação de produtos manufaturados. Porém, a retirada das tropas militares não representou o fim da ingerência norte-americana na política nicaraguense e sim explorou o arranjo comercial predominante no país. Como nos diz Fred Maciel

apesar da já conquistada independência – considerada por alguns autores como um mero subproduto dos conflitos em uma área mais populosa, com pouco ou nenhum impacto sobre a vida de grande parte da população (ZIMMERMANN, 2006) – o país [Nicarágua] permaneceu em sua maioria camponês e dependente da agroexportação (MACIEL, 2013, p. 46).

Portanto, durante cerca de 20 anos a Nicarágua se viu num modelo governamental de protetorado dos interesses norte-americanos que exerciam o princípio de intervenção para garantir seus empréstimos e investimentos buscando estabilidade de seu sistema político através da dominação de áreas de comércio e regiões militarmente estratégicas concedidas por acordos como o Tratado Bryan-Chamorro de 1914, que permitiu o direito integral de exploração das rotas marítimas e terrestres entre oceanos em caráter perpétuo ao imperialismo dos Estados Unidos (ZIMMERMANN, 2006, p. 28). Desde então, toda e qualquer figura política ou civil, principalmente governantes que se colocavam à disposição de interesses nacionais, se tornavam inimigos de Washington.

As relações políticas da Nicarágua tendiam ao incentivo de investimentos externos em sua economia, almejando um determinado nível de desenvolvimento ou relevância político-econômica no cenário mundial. O crescimento econômico local não era incentivado e havia uma grande ampliação no foco para o capital externo, dilatando a implementação das agroindústrias com a premissa de modernização para maior produção. Isso resultou em uma maior exportação de matéria-prima somadas aos abusos de poder dos senhores de terras e às leis de apropriação de áreas comunitárias das populações nativas², derivando num crescente achatamento de salários.

² Com isso, observou-se a necessidade de afirmação populacional do povo nicaraguense dada pelo contexto de mais de trezentos anos de dominação espanhola no território e extermínio dos residentes indígenas, o que a autora Matilde Zimmermann (2006, p. 25) chama de “holocausto demográfico”. Zimmermann utiliza este conceito, pois durante o início do período colonial e um curto tempo pós-independência os nativos



Essa atuação dos EUA sobre os territórios latino-americanos, mais contundente na América Central, fez com que na Nicarágua se instalasse a materialização de sua política imperialista pela implementação de uma ditadura sanguinária que durou mais de 40 anos, obtendo o título de regime ditatorial mais longo da América. Portanto, já com a retirada das tropas armadas estadunidenses do território nicaraguense, seu controle político e econômico se sustentou pelo apoio ao governo de Anastasio Somoza Debayle, também conhecido como “Tacho”, do Partido Liberal (PL). Somoza era até então chefe da Guarda Nacional (GN), aparelho militar criado pelos norte-americanos com o objetivo de manter a ordem e reprimir quaisquer movimentos de resistência e luta anti-imperialista. Foi essa mesma GN que em 1934 assassinou Augusto Sandino, um camponês nicaraguense que organizou e liderou o Exército Defensor da Soberania Nacional (EDSN) na década de 1920, com o objetivo de expulsar os estrangeiros de seu país e estabelecer a autonomia nacional.

O processo político de Sandino no desenrolar e amadurecimento de sua luta pela autonomia nacional da Nicarágua se deu principalmente através do processo revolucionário no México, liderado por Emiliano Zapata. A Revolução Mexicana foi um dos primeiros grandes acontecimentos latino-americanos em termos de luta pela terra e defesa da identidade nacional contra o processo imperialista promovido pelos estadunidenses, no caso, pelo mantimento de suas reservas de petróleo. De forma semelhante na Nicarágua, o processo de exploração dos trabalhadores rurais e urbanos dos povos nativos, que foram sendo atacados ao longo do tempo desde o período da colonização, e foram perdendo sua personalidade a começar pela língua. Esse fato gerou estopim para os trabalhadores iniciarem uma organização contra a dominação latifundiária, contra a transformação das plantações em agroindústrias e aniquilação da marca da população nativa. Em outros termos, estourou a necessidade de lutar pela defesada nação, pelo pertencimento e autorreconhecimento.

A realidade política da Nicarágua estava cada vez mais clara em termos de submissão ao imperialismo estadunidense nos aspectos militar e econômico, fortalecida pela atuação dos presidentes em exercício. Em contrapartida, a devida organização

gozavam de pouca autonomia, porém eram sumariamente submetidos aos trabalhos estatais ou para as oligarquias locais e senhores rurais. E como a população indígena à época já não era tão grande e se encontrava dispersa, tanto geograficamente quanto culturalmente, gradativamente os idiomas nativos foram sumindo e sua linguagem foi sendo engolida pela língua espanhola colonialista. Porém é necessário deixar claro que não foi um processo pacífico, a dominação espanhola se deu em todos os âmbitos de forma violenta.



trabalhadora estava sendo levantada por Sandino e demais trabalhadores rurais e urbanos, com a criação do EDSN, que tinha como lema “*Pátria y Libertad*”, com o objetivo de defender os interesses sandinistas de libertação do território e população nicaraguenses³. O “general de homens livres”, como era conhecido Sandino, em seu manifesto de 1º de julho de 1927, relatou sua ojeriza aos Estados Unidos e aos presidentes locais, os quais considerava traidores, conforme documentou Matilde Zimmermann (2006, p. 29)

Acusando os líderes liberais e conservadores de “corja de canalhas, covardes e traidores, incapazes de dirigir um povo patriótico e valoroso”, Sandino refugiou-se nas montanhas do noroeste com seus seguidores. Dois meses depois, na cidade mineira de San Albino, divulgou um manifesto de desafio em que convocava o povo para uma guerra até a morte contra os invasores ianques: “Nossos peitos serão muralhas contra as quais suas hordas se chocarão, pois tenho a firma convicção de que, quando tiverem matado o último dos meus soldados, mais de um batalhão deles terá comido o pó de minhas montanhas agrestes”.

Esse ímpeto de Sandino e seus seguidores pode ser compreendido pelo fato de não ter se estabelecido, desde o processo de independência até aquele momento, um desdobramento efetivo que tivesse como objetivo a verdadeira libertação da Nicarágua, a não ser uma consequência de um rompimento direto com sua principal metrópole como subproduto de conflitos em áreas populosas. Esse foi o principal exemplo histórico e inspiração que Augusto Sandino deixou para seus aliados à época e como lição de luta anti-imperialista para os que vieram posteriormente, como a Frente de Libertação Nacional, que superou os limites que Sandino enfrentou. Através de um acordo de subordinação aceito pelo governo nicaraguense aos Estados Unidos, a família Somoza seguiu se colocando de maneira incisiva e agressiva sobre a população, apoiada diretamente pelas elites latifundiárias locais.

Nesta análise, segundo Virgínia Fontes,

A crise social aguça e exacerba contradições que podem impulsionar a luta contra o capitalismo; porém, também suscita contratendências procurando

³ Foi durante a progressão do Exército Defensor da Nicarágua que Sandino assumiu, pela primeira vez, o posto de general. Porém, é importante destacar que sua relação com seus seguidores, em sua maioria camponeses – que viriam a formar o exército sandinista – era completamente diferente das relações dos latifundiários com os trabalhadores. Com isso é possível observar e entender que a resistência às mazelas causadas pelo imperialismo já se dispunha à organização também militar, iniciando sua atuação no norte do país até a capital, se dispondo a preconizar o processo de luta pela quebra das correntes de dependência até chegar ao processo de luta pela libertação nacional do território nicaraguense e da defesa de sua soberania, com bases similares ao processo mexicano.



ofuscar e impedir tais lutas. Para tanto, as burguesias – ainda que subalternas – precisam continuamente expandir suas formas de encapsulamento dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que expandem suas fontes de extração de mais-valor (FONTES, 2010, p. 11)

Por um longo período após o assassinato de Sandino, a ditadura Somozista pouco se preocupou com movimentos opositores que causassem alguma ameaça, a população estava inerte frente aos acontecimentos pois, como afirmou mais tarde Carlos Fonseca (1984, p. 9, tradução nossa) “havia um grande obscurantismo ideológico”. Existiram algumas tentativas de expressão da oposição limitadas às instâncias legais por parte do Partido Conservador (PC) e dissidentes do PL que fundaram o Partido Liberal Independente (PLI). Porém, nenhuma dessas duas organizações conseguiu apresentar uma ponta de lança de transformação efetiva da realidade e conjuntura nicaraguense. Somente em finais dos anos 1950, a Nicarágua observou maior participação política de setores que até então estavam adormecidos, como os estudantes, tanto secundaristas quanto universitários, e dos trabalhadores do campo e operários urbanos, que participavam de sindicatos ainda muito insipientes.

A família Somoza manteve seus governos com a mesma estratégia, ser um protetorado dos interesses estadunidenses, tendo controle sobre a população por meio de seus tentáculos de sustentação armados e atacando os trabalhadores por todos os lados. A expropriação não se dava somente de forma direta, com achatamento de salários, aumento de jornadas de trabalho, retirada dos povos indígenas de suas terras, massacre dos estudantes e conversão dos meios de vida dos trabalhadores em capital, atingindo sumariamente os meios de produção do trabalhador e impedindo o desenvolvimento das forças produtivas. Ela também se apresentava de forma indireta, ou seja, pela retirada de direitos e ataque às garantias básicas de dignidade da vida dos que vendiam sua força de trabalho, que servia de sustentação das relações imperialistas, provocando, o que Fontes caracterizou como “intensa crise social na qual foram lançados os trabalhadores” (FONTES, 2010, p. 257).

Ao longo dos anos os Somoza se tornaram uma das famílias mais ricas de toda Nicarágua, possuindo grandes alianças com os latifundiários e oligarcas. Anastasio Somoza pai, o Tacho, foi assassinado em 1956, por um poeta chamado Rigoberto López Perez, numa ação militante radical. Mesmo assim, o episódio não abalou as estruturas políticas da família. Seus filhos Luis Somoza e Anastasio Somoza García, o “Tachito”, assumiram respectivamente o papel de novo presidente da Nicarágua e novo chefe da



Guarda Nacional. As práticas políticas de ambos demonstraram grande similaridade com as de seu pai. Uma das primeiras ações de Luis Somoza foi a declaração do Estado de sítio no país e uma nova onda de fortes repressões da GN de Tachito se iniciou. A posse dos filhos de Somoza aos seus cargos de poder se deu concomitante ao avanço dos movimentos revolucionários e guerrilheiros na América Latina.

Foi pela urgência de uma luta mais efetiva que pairava sobre a população nicaraguense que a FSLN surgiu. Principalmente por conta da iniciativa de Carlos Fonseca, um jovem estudante da Faculdade de Direito de León, que já havia tido experiências militantes em outras organizações, mas que ao aprofundar suas leituras teóricas e adotar o marxismo como sua bússola para traçar estratégias de transformação social, rapidamente rompeu com qualquer movimento que não atendesse a estes requisitos. Fonseca chegou a integrar as fileiras do Partido Socialista da Nicarágua (PSN) – codinome utilizado pelo Partido Comunista – mas ao se deparar com práticas que flertavam com o reacionarismo e críticas às atuações mais incisivas do povo e de seus próprios militantes, por não incentivarem ações armadas, ele abandonou o Partido por volta do ano de 1957 e pouco tempo depois fundou a Frente. Para ele, condição chave a ser entendida era que a luta contra a ditadura não era um fim em si mesmo, o que se deveria alimentar era a imprescindibilidade de romper com a lógica de dependência econômica, política e social. Para isso, era apontada a relevância de estabelecer a cronologia dos processos políticos de oposição que percorreram a Nicarágua, que serviriam de inspiração para se formar uma estrutura firme, uma coluna vertebral do que veio a ser a luta sandinista e conseqüentemente avançar de forma qualitativa.

No ano de 1958, a Universidade Nacional conquistou sua autonomia universitária e os estudantes organizaram a primeira greve nacional dos estudantes de toda história do país (Zimmermann, 2006). Essa ebulição estudantil se deu principalmente, em caráter de inspiração internacional, pela vitória dos guerrilheiros cubanos em 1959, gerando a proliferação de grupos radicais no seio dos estudantes “entre 1959 e 1960: a Juventude Democrática Nicaraguense (ligada ao Partido Comunista), a Juventude Revolucionária Nicaraguense e a Juventude Patriótica Nicaraguense” (*Ibidem*, p. 45). Esse barril de pólvora que estourou na Nicarágua após o triunfo dos cubanos, foi o grande impulsionador para o desenrolar dos cenários que construíram a Revolução vinte anos depois.



Logo, os anos de 1958 e 1959 se tornaram ponta de lança para a reorganização de oposição do povo nicaraguense ao imperialismo norte-americano. A oposição cresceu em todos os setores. As classes trabalhadoras em processo de amadurecimento e coesão também se mobilizaram. Trabalhadores portuários se organizaram em greve assim como os indígenas – povos originários que tiveram sua identidade e formação política e cultural ameaçada e atacada desde a época colonial em que forçadamente foram se dispersando – que lutavam pelo direito à terra e agiram de forma a reocupar suas terras em larga escala. A atuação política dos trabalhadores em países que sofrem diretamente com a violência do capital é explicada pelo historiador Marcelo Badaró Mattos, quando diz que

as péssimas condições de vida e de trabalho, os baixíssimos salários e a violência de um mercado de trabalho caracterizado pela discriminação, tornaram as demandas econômicas prioritárias, na medida em que dizem respeito à sobrevivência e à dignidade. Mas demandas econômicas, quando articuladas em planos classistas amplos, adquirem inegável peso político (MATTOS, 2009, p. 9).

Com o crescimento da insatisfação do povo com a ditadura e o surgimento de alguns movimentos embrionários, surgiu em 1961 um grupo chamado Movimento Nova Nicarágua (MNN). Carlos Fonseca, Tomás Borge e Silvio Mayorga, que até então eram líderes estudantis universitários, foram os fundadores deste movimento, juntamente com alguns trabalhadores e antigos membros do EDSN, o exército de Sandino. Pouco tempo depois, o nome do grupo mudou para Frente de Libertação Nacional, inspirada no “grupo armado que derrubara o colonialismo francês na Argélia” (ZIMMERMANN, 2006, p. 46). Assim, a Frente pode ser entendida como resultado político de um dinamismo conjuntural, como afirmou Fred Maciel

Na segunda metade do século XX, a América Latina presenciou um quadro quase geral de instabilidade e insatisfação das camadas populares. (...) Nesse plano, é importante ressaltar que o movimento insurrecional nicaraguense teve suas especificidades em comparação com outras movimentações sociais de tipo insurrecional do mesmo período. Assim, a atuação da FSLN pode ser considerada um fator preponderante (...) especialmente quando tratamos de sua articulação e organização das massas, em torno de um objetivo político motor de todo o processo (MACIEL, 2013, p. 45)

Porém, como Fonseca era um grande estudioso da história de seu país e firme opositor ao imperialismo, rememorou a figura de Sandino destacando sua importância na retirada dos soldados norte-americanos, os *marines*, do território nicaraguense e como ele e o



EDSN representaram de forma heroica os povos em luta que foram e eram subjugados pelos Estados Unidos. Com isso, insistentemente defendeu que fosse incorporado o sandinismo não somente no nome, mas na trajetória política e atuação prática dos membros da Frente, expandindo a todos os nicaraguenses. A partir de então, a organização passou a se chamar Frente Sandinista de Libertação Nacional. Essa troca de nomenclatura não se deu de forma espontânea ou sem bases analíticas e escolhas políticas. Ela foi realizada principalmente porque o grupo acreditava que a ideia da luta armada era de fato efetiva para derrubar o regime somozista.

A Frente Sandinista se desenvolveu então como ferramenta, estruturada como um partido político, para aglutinar os trabalhadores do campo, da cidade e setores revolucionários do movimento estudantil sob a direção majoritária de intelectuais orgânicos. Foi produto das condições fundamentais que o contexto estabeleceu. Os sandinistas combateram tentativas do presidente Somoza de controlar os núcleos de oposição que foram se criando nas universidades, principalmente através da Frente Estudantil Revolucionária (FER). E em pouco tempo, o radicalismo estudantil dominou os âmbitos universitários. A FSLN então se destacou como fresta de luz na escuridão implementada pelas classes dominantes. A principal preocupação dos sandinistas era organizar praticamente, dentro de demarcações táticas e estratégicas, a atuação da população explorada da Nicarágua contra o imperialismo e o governo local, com a finalidade de estabelecer um verdadeiro movimento de libertação. Carlos Fonseca, que era principal porta-voz da Frente, declarou em seu texto *Síntesis de algunos problemas actuales* a perspectiva básica de atuação da FSLN

Não é nossa tarefa descobrir as leis universais que levam à transformação de uma sociedade capitalista em uma sociedade de homens e mulheres livres; nosso modesto papel é de *aplicar* estas leis já descobertas à situação de nosso país (FONSECA, 1981, p. 98-99, grifos do autor, tradução nossa).

Neste trecho podemos observar a bagagem marxista de Fonseca, pois se assemelha ao que Marx escreveu na Tese Onze sobre Feuerbach, “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 535, grifos do autor). Ainda sobre esta análise, destacamos que a atuação dos sandinistas também movimentou o processo de formação e consciência de classe, que só pode ser compreendido



a partir das condições objetivas (independentes da vontade dos homens) que, desde o surgimento da propriedade privada (e do Estado), opõem, no processo da produção, os produtores diretos, àqueles que, detendo os meios de produção (terras, ferramentas, máquinas, oficinas, fábricas, empresas), exploram os que nada possuem, por isso têm de trabalhar para outros de forma a garantir sua sobrevivência. No capitalismo, tal oposição objetiva entre os interesses dos proprietários e os dos despossuídos ganha novos contornos, pois os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário adquirem, na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que desse conflito (a luta de classes), constrói sua consciência de classe (MATTOS, 2009, p. 16)

O ímpeto revolucionário de Fonseca e sua visão de que a luta dos nicaraguenses deveria ter um objetivo ulterior a derrubada da ditadura também se expressa nas palavras de Zimmermann



Sua visão de uma “revolução popular sandinista” incluía a vitória militar sobre a ditadura de Somoza, respaldada pelos Estados Unidos, e uma transformação social para pôr fim à exploração dos trabalhadores e camponeses nicaraguenses. O objetivo de Fonseca era construir um movimento que estivesse profundamente enraizado na realidade material da Nicarágua e em sua tradição de rebeldia, simbolizada por Sandino, ao mesmo tempo em que olhava para Cuba – e, por trás de Cuba, a Revolução Russa – para obter inspiração e sentido do que era possível (ZIMMERMANN, 2012, p. 13).

Citar esses exemplos é importante pois foram os pontos que inicialmente guiaram a atuação da Frente Sandinista em geral e como os sandinistas estabeleciam sua relação com os estudantes e trabalhadores, principalmente nos primeiros anos de sua existência. Com o passar do tempo, a FSLN foi amadurecendo sua forma de execução das tarefas revolucionárias. Fez algumas ações mais incisivas, como o assalto à Radio Mundial de Manágua, para condenar os mandatários centro americanos por uma reunião com o presidente norte americano Kennedy. Realizou também ações guerrilheiras nas montanhas entre os rios Coco e Bocay (departamento de Jinotega, norte da Nicarágua) em 1963, organizado a partir de Honduras. Essa ação foi tida como fracassada, muitos guerrilheiros morreram assassinados por tropas governistas e a Frente deu um passo para trás para focar no trabalho aberto entre as massas rurais e urbanas. Apesar de ter reprimido esses movimentos de oposição, Luis Somoza tentava assumir uma máscara democrática.

Após alguns poucos anos de recuperação, a Frente Sandinista retomou suas atividades armadas em 1966. Ao final deste ano, os sandinistas fizeram um chamado para o povo nicaraguense repudiar as eleições que ocorreriam no ano seguinte. A Direção Nacional (DN), que até esse momento não estava politicamente dividida, publicou um comunicado pela primeira vez e reafirmou que a única alternativa para acabar com o regime ditatorial era a luta armada. A Frente concentrou sua atenção em definir seu projeto revolucionário sem abandonar o trabalho nas montanhas e se debruçou sobre a organização dos estudantes e dos trabalhadores moradores de bairros populares. E em 1969 publicou seu Programa Histórico⁴, no qual definia sua estratégia para tomar o poder, comunicando que entendiam que o triunfo da Revolução Popular Sandinista e a derrubada

⁴ O Programa Histórico era caracterizado como “Herança Programática de Sandino” e foi publicado em 1969, apresentando os objetivos políticos dos sandinistas e os meios para alcançá-los. Representou a ruptura com as antigas concepções de como se construir um caminho revolucionário e um instrumento de concretização dos anseios do povo frente a seus opressores. Disponível em: [http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Nicaragua/FSLN/PROGRAMA%20HISTORICO%20DEL%](http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Nicaragua/FSLN/PROGRAMA%20HISTORICO%20DEL%20)



[20FSLN.pdf](#) Acesso em 27 jul 2021.



do regime inimigo do povo, surgiriam como uma consequência do desenvolvimento de uma dura e prolongada guerra popular.

A DN neste momento era composta por Tomás Borge, Óscar Turcios, Henry Ruiza, Humberto Ortega, Ricardo Morales, Julio Buitrago e Carlos Fonseca, como secretário geral, que exerciam o poder de forma coletiva, e o programa de luta da FSLN definiu o movimento como marxista-leninista, anti-imperialista e internacionalista. A homogeneidade de discursos durou pouco tempo no seio dos dirigentes e após alguns revezes políticos, o reerguimento da Frente Sandinista se deu concomitante com o surgimento das disputas internas pela definição da estratégia político-econômico-militar que seria travada pelos sandinistas. Esse racha interno escancarou, principalmente após 1979, certa fragilidade da direção, que no abrir de portas da década de 1980 sob liderança majoritária dos membros da Tendência Terceirista dos irmãos Daniel e Humberto Ortega, logo após o triunfo da Revolução, encarou dificuldades de reorganização social e de resistência frente à contrarrevolução encabeçada pelo governo de Ronald Reagan, endossada por opositores locais, principalmente os conservadores, que derrotaram os sandinistas nas eleições de 1990.

A Frente Sandinista: início e debates internos

A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi produto de dois principais fatores: a necessidade de um processo revolucionário consequente na Nicarágua e o surgimento de diversas frentes de libertação nacional na América Latina. Surgiu pelas “necessidades do povo nicaraguense de ter uma organização de vanguarda capaz de alcançar através da luta frontal contra seus inimigos, a tomada do poder político e o estabelecimento de um sistema social que liquide a exploração e a miséria”⁵. Se construiu principalmente sob a direção de Carlos Fonseca, um líder que foi exaltado assim como Sandino, dono de um forte espírito revolucionário, disciplinado, marxista, estrategista e com disposição e vontade de gerir um movimento efetivo, com a participação ativa dos trabalhadores para que fosse alcançada não somente a derrubada da ditadura nacional, como também a ruptura das relações semicoloniais engendradas pelo imperialismo⁶.

⁵ Ver mais em: FSLN, Programa Histórico, 1969, p. 3.

⁶ Carlos Fonseca foi, provavelmente, o único membro da Direção Nacional que não se posicionou pública e explicitamente ao lado de nenhuma Tendência. Alguns autores, como Juan José Monroy García (2015) atribuem Fonseca à essa Tendência, porém outros como Matilde Zimmermann (2012) afirmam que o



Porém, com o crescimento da Frente pelo ingresso de novos membros, surgiram divergências em pontos cruciais na construção deste caminho revolucionário, principalmente em torno da estratégia que seria adotada coletivamente pelos sandinistas, ou seja, a disputa pela hegemonia da condução do projeto político. Dentre estas discussões, elencaram-se primeiramente os seguintes pontos: 1) se a Frente Sandinista seria uma organização político militar ou se deveria conformar-se como Partido Político, como, na prática, já estava sendo; 2) se a base principal de trabalho político deveria continuar sendo os trabalhadores rurais ou se deveria deslocar-se para os trabalhadores urbanos e por quê. Com isso, surgiram três grupos, chamados de Tendências, que disputaram internamente o delineamento das formas de lutas a serem adotadas e, conseqüentemente, a direção do movimento sandinista e se converteram em “três frações públicas” (HELLMUND, 2013, p. 153, tradução nossa).

Desde sua formação até 1970, a estratégia política que guiava a Frente era a Guerra Prolongada, que mais tarde foi defendida pelos membros da a Tendência da Guerra Popular Prolongada (TGPP). No final da década de 1960, os sandinistas abandonaram a prática que até então tinham utilizado para travar suas guerrilhas armadas: o foco guerrilheiro ⁷. A partir deste momento, a Frente adotou a estratégia da Guerra Popular Prolongada, fundamentada na leitura da obra *Sobre A Guerra Prolongada*, de Mao Tse Tung acerca da resistência anti-japonesa, como texto para conformar a base da teoria revolucionária para a participação das massas no processo ⁸, e “o texto de Mao planteou a tese da guerra de resistência, para refutar as teorias da subjugação nacional e a vitória rápida” (MONROY-GARCÍA, 2015, p. 59, tradução nossa). Os sandinistas enxergavam naquele momento a repercussão das características semicoloniais que os EUA impunham

dirigente não se denominava pertencente a TGPP. O que se pode dizer, através do levantamento bibliográfico até aqui, é que pelas perspectivas e estratégias políticas traçadas por Fonseca ao longo de sua vida registrado em seus escritos, ele concordava com a linha da GPP, defendia o marxismo como bússola ideológica e acreditava que a Revolução surgiria no seio das classes trabalhadoras, mais especificamente concentrada no ímpeto revolucionário camponês, enfatizando sempre sua negativa de se aliar com setores da burguesia. Ver em: FONSECA, Carlos. *Viva Sandino*. In: Obras. Manágua: Departamento de Propagando e Educación Política del FSLN, 1984.

⁷ Também conhecida como “foquismo”, desenvolvida e utilizada no processo revolucionário cubano, que tinha como principal objetivo instalar focos de guerrilhas nas zonas rurais para disseminar a guerrilha através da adesão paulatina das massas criando um forte ataque para destruir o as forças armadas inimigas e construir o poder socialista.

⁸ Apesar dos sandinistas da Tendência da Guerra Popular Prolongada terem adotado a leitura teórica e pautado a estratégia de Tse Tung para fundamentar sua base analítica, não existem bases sólidas que nos permitam afirmar que eles eram e se denominavam maoístas. Fazer essa afirmação configuraria um



equivoco.



sobre a Nicarágua e traçaram a ideia de que era importante não se entender em desvantagem. Sobre isso, tiveram como base as palavras do presidente chinês

O inimigo é forte e nós somos débeis; e nisso reside o perigo que sejamos subjugados, mas ao mesmo tempo, o inimigo tem seus pontos débeis, e nós, nossas vantagens. Com nossos esforços a vantagem do inimigo pode ser reduzida, e seus defeitos agravados (TSE TUNG, 1972, p. 136 *apud* MONROY-GARCÍA, 2015, p. 59, tradução nossa).

E a atuação estratégica era adotada pela TGPP da seguinte forma

Na primeira etapa, a guerra de movimentos é a forma principal, tanto que a [guerra] de guerrilhas e a [guerra] de posições são auxiliares. Na segunda [etapa], a guerra de guerrilhas passará a ocupar o primeiro lugar e será complementada pela [guerra] de movimentos e pela [guerra] de posições. Na terceira [etapa], a guerra de movimentos voltará a ser a forma principal e será complementada pela [guerra] de posições e a [guerra] de guerrilhas (*Ibidem*, p. 60, tradução nossa).

Com a disseminação da teoria da Guerra Popular Prolongada entre alguns membros da Direção Nacional, se estabeleceu o discurso de que o setor populacional fundamental para a eclosão da revolução seria o composto pelos trabalhadores do campo. Esta Tendência afirmava que o fato de a Nicarágua ser uma sociedade majoritariamente agrária, o processo revolucionário seria vitorioso com a articulação dos camponeses, pois argumentavam que os movimentos urbanos ainda eram extremamente debilitados, enquanto o campo já estava em um patamar avançado não somente de consciência mas de organização. A cidade, porém, não estava excluída da participação revolucionária e teria papel de fornecer à luta do campo quadros políticos mais desenvolvidos. Acreditavam que o inimigo imediato a ser combatido era o imperialismo estadunidense, não somente a ditadura somozista, e afirmavam que a questão implementada na Nicarágua era resultado da atuação do capitalismo mundial. Logo, era necessária uma preparação a longo prazo para alcançar a destruição da ordem burguesa, assumindo perspectivas socialistas.

Integrantes da Frente Sandinista que haviam participado de alguma guerrilha rural se consideravam “homens novos”, dentro da concepção guevarista, pensando como homens/mulheres, revolucionários e conscientes, que através de uma nova relação com o trabalho, se tornariam capazes de pensar e criar uma nova sociedade com um novo modo de produção e conseqüentemente, novas relações de trabalho. Aquele que tivesse sua vida



política forjada na montanha seria detentor de “qualidades importantes, conhecimento direto da realidade do país, modéstia revolucionária, sinceridade, espírito coletivo e crítico” (MONROY-GARCÍA, 2015, p. 71, tradução nossa).

Além disso, acreditavam que a montanha gerava uma disciplina militante, evitando desvios como o diversionismo, que caracterizavam por pensamentos que fugiam da ótica marxista-leninista, o aventureirismo, também intitulado de espontaneísmo, ou seja, lançar-se na luta armada sem qualquer tipo de organização prévia, e por fim, o radicalismo, caracterizado por qualquer ação que não considerasse os custos sociais de uma ação armada. Com isso, reforçavam os membros da TGPP a importância da montanha como trajeto, físico e político, de possibilidade da construção da nova sociedade e de onde emergiria a vontade das massas. Com essa perspectiva, os membros da TGPP entendiam que a luta deveria avançar para além do território nacional, assumindo assim, características internacionalistas.

No início da década de 1970, a Guarda Nacional dos Somoza iniciou uma agressiva repressão nas zonas montanhosas, agindo violentamente contra a população camponesa, onde se concentravam as atividades da FSLN até então. Com isso, os sandinistas foram obrigados a iniciar uma ação de autodefesa, sofrendo algumas baixas por deserção ou traição. Essa necessidade de breve recuo gerou algumas discussões entre os membros da Frente sobre “o papel da montanha em contraposição ao da cidade, o potencial revolucionário do campesinato em oposição ao da classe operária e a importância da luta armada” (*Ibidem*, p. 80, tradução nossa).

Esses questionamentos levaram a criação da primeira cisão interna, levada a cabo pela Tendência Proletária (TP) – apesar da TGPP já existir dentro da FSLN, só se caracterizou como tendência após o surgimento da TP, ou seja, essa cisão foi o marco que definiu a nomenclatura dos grupos em disputa –, que se denominava marxista leninista ortodoxa, tendo grande adesão de militantes católicos⁹ e tinha como seu principal referencial um personagem chamado Jaime Wheelock, responsável pela produção de críticas à estratégia da Guerra Prolongada. Wheelock sustentou sobre a análise econômica, que a estrutura agrária não existia mais na Nicarágua desde meados do século XIX, e que “o capitalismo penetrou no país com o cultivo do café para a exportação”

⁹ Por ser atrelada com membros e discursos da Igreja Católica, a Tendência Proletária, apesar de possuir um discurso recheado de radicalismo, não apresentou uma prática que confluísse com seus argumentos,



sendo considerada uma tendência moderada.



dando início a “dependência econômica, a consequência da divisão internacional do trabalho e a incorporação ao mercado capitalista mundial” (*Ibidem*, p. 84, tradução nossa). Ele não analisou que somente determinadas regiões da Nicarágua foram incorporadas a divisão do trabalho, com o restante do país não inserido no capitalismo internacional ¹⁰.

Sobre a perspectiva política, A TP defendeu que a organização da FSLN deveria se dar explicitamente como partido político com braço armado e começou a se dedicar a organizar os setores do proletariado urbano, os camponeses das áreas rurais ao redor da cidade e a organizar outros grupos, como grupo de mulheres etc., e adotou para a Frente Sandinista em geral essa formação sob a tese de que o movimento de massas era o fundamental para o enfrentamento da ditadura.

Além disso, nos diz Monroy-García (2015, p. 87)

Como a ditadura militar era considerada o principal inimigo do país, por ser uma instituição protetora do capitalismo e garantir a dependência (...), este postulado proletário diferia com a tese da TGPP, que considerava o imperialismo norte-americano como o principal inimigo, e não tanto a ditadura como tal ¹¹.

Ou seja, quem compunha a TP considerava fundamental a luta frontal contra a forma política do sistema de exploração, a saber, a ditadura militar somozista ¹². Os componentes da Tendência Proletária não consideravam fortemente qualquer influência que a Revolução Cubana pudesse ter tido sobre a Nicarágua. Defendiam a análise da luta de classes marxista e objetivavam um caminho socialista, baseado no desenvolvimento de órgãos de poder popular que garantissem a inserção das massas nos espaços de governo e tinham grande inserção no trabalho de organização de sindicatos classistas. Logo, o objetivo era criar uma base organizativa ampla nas cidades em geral e assim impulsionar as reivindicações dos trabalhadores urbanos que resultasse na constatação pública da

¹⁰ Os membros dessa Tendência também entendiam que a partir da intensificação da industrialização pelo aumento das intervenções estrangeiras, sob a política desenvolvimentista da Aliança para o Progresso e do Mercado Comum Centroamericano e da participação de grupos locais no processo econômico, industrial e financeiro, ocorreu a transformação dos camponeses e artesãos em classe operária, a base social do movimento revolucionário.

¹¹ Tradução nossa.

¹² A Tendência Proletária também criticava a TGPP acusando-a de praticar aventureirismo guerrilheiro, populismo e de empregar um discurso pseudorreligioso messiânico, o que pode caracterizar que além de divergências políticas, existia uma arena de disputa de influência religiosa dentro da Frente, mesmo que ínfima ou secundária, visto que muitos membros da TP eram católicos.



FSLN como partido que seria vanguarda do proletariado e cumpriria o papel de direção na derrubada da ditadura somozista, além de promover construção ideológica sobre suas reivindicações econômicas.

Posteriormente, como resultado da ascensão das duas frações citadas, surgiu a terceira e última tendência que compôs a Frente Sandinista, a Tendência Insurrecional ou Terceirista (TI). Ela surgiu por volta do ano de 1976, no qual os sandinistas atravessavam uma fase defensiva, pois foi um período de forte avanço da repressão somozista apoiada pelo exército norte americano e forças militares do Conselho de Defesa Centroamericano. Neste momento, a FSLN sofreu muitas baixas, dentre elas, Carlos Fonseca, assassinado em uma emboscada quando regressou clandestinamente ao país, após ser exilado em Cuba. Dois dos principais líderes da TI, Humberto e Daniel Ortega, propuseram “a integração das ideias da GPP e TP em uma nova estratégia, a insurrecional” (HELLMUND, 2013, p. 175, tradução nossa). Porém, além de pensar em convergir as ideias das duas tendências já existentes, os terceiristas argumentavam que também era necessário fazer alianças com membros da burguesia, pois a luta deveria ser articulada por toda e qualquer oposição ao governo dos Somoza. De forma que

para a TI na Nicarágua já estavam dadas as condições para levar adiante uma guerra civil revolucionária na qual o sujeito revolucionário teria elementos provenientes da pequena burguesia devida a algumas limitações que os trabalhadores urbanos e rurais apresentariam e o campesinato para se constituir como tal. Nesta direção, a TI sustentou a tese de guerra civil imediata nas cidades e apoiou a aliança com alguns setores da burguesia opostos a Somoza. Assim, a Tendência Insurrecional se diferenciou das outras tendências não só por seus alianças com a burguesia e o clero -com o objetivo de conseguir o apoio de a opinião pública liberal e da social-democracia internacional mas que obteve importantes apoios do estrangeiro (*Idem*, tradução nossa).

A posição política dos terceiristas de alianças com setores da burguesia rendeu diversas críticas provenientes das outras duas tendências. Pois esses acordos, mesmo que temporários, poderiam colocar em risco a estratégia popular marxista e fortalecer o projeto democrático burguês. Os líderes da TI sustentavam que a ditadura somozista estava em crise e por conta disso, deveriam ser realizadas ações imediatas, configurando um espectro amplo de alianças internacionais e nacionais, para que o enfrentamento ao governo se desse a curto prazo. Defendiam também que o estabelecimento de formação política e luta armada deveria ser concentrado nas cidades, priorizando a pequena burguesia e as camadas médias urbanas, construindo o caminho da tomada de poder



através de uma guerra civil. Alimentavam que a luta da população nicaraguense deveria ser pautada no anticapitalismo, traçando rumos em teoria de uma revolução socialista.

Os irmãos Ortega, principalmente, se convenceram de que a estratégia da TGPP não seria efetiva e apesar de se colocarem a favor do Programa Político de 1969, discordavam dos métodos de ação. Humberto Ortega construiu o olhar teórico dos terceiristas a partir de análises da história de resistência dos nicaraguenses dividindo-a em três principais momentos: 1) a etapa da integração do movimento revolucionário, entre 1926 e 1934, representada pela luta do povo contra as oligarquias locais aglutinada com a luta de Sandino contra os soldados estadunidenses; 2) a etapa do descenso revolucionário, datada até meados dos anos 1950, período marcado pelo assassinato de Sandino, promovendo grande desorganização da oposição, porém finalizado com Anastasio Somoza García morto pelo poeta Rigoberto López Pérez; e 3) a etapa de ascenso revolucionário, traçada até a metade dos anos 1970, momento em que a Nicarágua viu a oposição à ditadura somozista crescer e a Frente Sandinista surgir e se desenvolver.

Análise teórico-metodológica

A partir das explanações, levantamento e análises bibliográficas já realizadas, a delimitação teórico-metodológica de nossa pesquisa será baseada no pensamento do filósofo marxista Antonio Gramsci e suas concepções sobre o chamado Estado Ampliado e o partido político. Gramsci observou nos anos 1930 uma complexificação da sociedade e utilizou a reformulação do par dialético ocidente-oriental para analisar essa realidade. Sobre isso, Gramsci diz que,

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se discernir imediatamente uma estrutura robusta da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas isso exatamente exigia um reconhecimento acurado do caráter nacional (GRAMSCI, 2000, p. 262).

O filósofo utilizou uma metáfora de guerra para explicar essa percepção da sociedade, embasada na luta de classes, quando escreveu

A guerra de posição demanda enormes sacrifícios de massas extraordinárias da população; por isso é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais “intervencionista”, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a



“impossibilidade” de desorganização interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos etc. reforço das “posições” hegemônicas do grupo dominante etc. Tudo isso indica que se entrou em uma fase culminante da situação político-histórica, porque na política a “guerra de posição”, uma vez vencida, é definitivamente decisiva. Ou seja, na política, subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e quando não são mobilizáveis todos os recursos da hegemonia e do Estado, mas quando, por uma razão ou outra estas posições perderam seu próprio valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, na qual se exigem qualidades excepcionais de paciência e de espírito inventivo (*Idem*, 2007, p. 802, tradução nossa).

Em vista disso, o Estado no ocidente nascia de uma necessidade de grupos proprietários assegurarem e universalizarem sua apropriação, mediante leis ou medidas coercitivas, encarando as ranhuras que compõem a sociedade na disputa pelo estabelecimento da hegemonia. Através das análises gramscianas sobre a organização social e, ao que toca esta pesquisa, relação e atuação dos partidos, utilizamos as considerações da historiadora Sônia Regina de Mendonça em seu texto *Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica*. Esse texto nos permite entender que Gramsci supera a dualidade base x superestrutura, integrando a sociedade civil e a sociedade política em uma mesma totalidade, configurando-se o Estado Ampliado, sendo ele constituído em uma relação social entre forças desiguais, pois

Isso significa afirmar que o desenvolvimento da economia e da política, intimamente vinculados e marcados por processos e reações recíprocas, não implica em admitir que as transformações ocorridas no mundo econômico repercutam de pronto sobre as superestruturas e vice-versa (MENDONÇA, 2014, p. 33).

Na teoria gramsciana, o Estado é composto pelas sociedades 1) civil e 2) política¹⁵. Sendo assim a 1) sociedade civil representa o conjunto dos organismos chamados “aparelhos privados de hegemonia”, organizações de adesão voluntária. Como por exemplo igrejas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa. Eles são a materialização da organização das vontades coletivas, dos grupos dominantes ou dominados; e a 2) sociedade política, são os aparelhos governamentais incumbidos da administração e organização dos grupos em confronto e responsáveis pela coerção sobre aqueles que não consentem. Portanto, para o sardo, o Estado age para garantir a manutenção das condições de dominação das classes trabalhadoras pela burguesia no sistema capitalista. Sobre esta análise, Mendonça continua

A questão é que, preocupado com as mudanças verificadas no capitalismo mundial na virada do século XIX para o XX, em especial com a afirmação do



imperialismo, sua atenção voltou sua análise para o Estado e as modalidades de dominação de classe, já que, com a nova forma de desenvolvimento do capitalismo, complexificaram-se não apenas a estrutura produtiva, como também as *superestruturas asseguradoras da reprodução da ordem social* (*Idem*, grifos nossos).

Precisamente, na leitura gramsciana o Estado seria então entendido

em sua acepção mais ampla e orgânica, como o conjunto formado pela sociedade política e a sociedade civil, resultando no que Gramsci denomina de “Estado Integral”, ou Estado Ampliado, como o querem alguns estudiosos de sua obra, como por exemplo, Cristine Buci-Gluksmann (1980). Ainda assim, muitos temem os desdobramentos da noção de “Estado Ampliado”, uma vez que o esquema simplificado segundo o qual Estado corresponde à coerção e a sociedade civil à hegemonia, reduz, em muito, a complexidade da análise gramsciana (Liguori, 2006) onde inexiste uma rigorosa divisão entre ambas as esferas (*Ibidem*, p. 34).

A partir do que foi discutido até então, podemos entender os partidos políticos como Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), posto que constroem o consenso de modo a disputar a adesão aos projetos por eles articulados, pois subordinam os grupos sociais à hegemonia, que são os interesses particulares que se apresentam enquanto interesses universais do grupo que ocupa a posição de direção, funcionando como organizadores de classe e estruturando a sociedade civil. Os indivíduos que pensam os projetos dos APHs são os chamados intelectuais orgânicos, pois estão organicamente vinculados a uma classe, produzem e organizam a visão de mundo de acordo com os interesses da classe à qual pertencem. Em outro sentido também elaborado por Gramsci, o Partido seria um espaço em que se congregam diferentes frações de classe que possuem interesses distintos, mas que, em determinado momento de organização, submetem esses interesses em prol de um acordo superior a respeito de sua estratégia de organização da sociedade.

Com isso, os partidos produzem determinada autonomia de classe e ao mesmo tempo estabelecem a hegemonia de seu grupo dirigente. E é dentro dessa relação social dialética que a “multiplicidade de sociedades particulares, (...), uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparato hegemônico de um grupo social sobre o resto da população” (GRAMSCI, 2000, p. 253). Assim, é retirada a ideia de que o Estado é uma racionalidade de harmonização e conciliação das classes, das vontades coletivas e dos projetos de sociedade, e o partido se configura, sobretudo, como organizador da fase hegemônica nas relações de força. Logo,



com efeito, embora seja verdade que os partidos são apenas a nomenclatura das classes, também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energeticamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las (*Ibidem*, p. 201).

Conseqüentemente, o partido político concretiza uma vontade coletiva reconhecida e consolidada na ação, representando a sintetização dos embriões dessa vontade que tendem a se tornar universais, isto é, a criar um novo tipo de Estado. Essa criação envolve organizar a transformação intelectual para que seja possível preparar o ambiente para o desenvolvimento da vontade coletiva, e “as classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de estado e de governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política” (*Ibidem*, p. 201). A análise gramsciana também destacou “a importância de formar uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas” (ALVES, 2010, p. 73). Desta forma, os partidos que se organizassem sob a bússola do marxismo, ao mesmo tempo em que construiriam a trilha de seu projeto político, traçariam o seu próprio fim, objetivando a cessão da sociedade dividida em classes.

Isso ocorreria através de “um sistema de princípios que afirmam como finalidade do Estado seu próprio fim, seu próprio desaparecimento, isto é, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil” (GRAMSCI, 2000a, p. 223). Logo, o Estado na leitura gramsciana, como nos diz Mendonça (2014, p. 34) não pode “ser pensado como organismo próprio de um grupo” e sim representa “uma expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos mesmo que deles extirpando sua lógica própria”. Dessa forma, alinhamos a percepção gramsciana com a atuação da Frente Sandinista de Libertação Nacional enquanto Partido político na construção do processo revolucionário, que atuou como instrumento de formação política, teórica e prática, assumindo uma função organizativa e educativa. Estabelecendo em seu núcleo disputas “de hegemonia política, ou seja, (...) dentro da FSLN teria havido lutas pelas lideranças” e todas as discussões entre os membros da Direção Nacional se davam “em torno da hegemonia política e militar” (HELLMUND, 2013, p. 162-163, 182, tradução nossa). Simultaneamente, assumiu um caráter participativo na realidade das massas e não independente delas, pois em diálogo com ideias leninistas, o marxista sardo analisa que o partido.

Nesse sentido, o partido deve ser capaz de gestar, propor e articular um projeto de



sociedade que supere as relações sociais de produção vigentes, assumindo como primeiro passo a fundação de um novo tipo de Estado. Podemos então dizer que a FSLN se caracterizou como espaço para construção da hegemonia das classes subalternas nas sociedades de tipo ocidental, atuando como organismo com a presença das massas, articulador dos grupos sociais urbanos e camponeses e, como analisou Gramsci (2000, p. 16) “a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”. Os sandinistas se organizaram para traçar um caminho revolucionário que concretizou, mesmo que por um curto período, seu projeto político, a transformação social e a modificação das relações de trabalho.

Mesmo com a disputa interna pautada por representantes das frações de classe materializados pelas Tendências, a Frente tentava aglutinar em sua estratégia as massas do campo e da cidade para traçar o caminho da transformação social, política, econômica e cultural. O partido assumiu a característica de partido de massas, promovendo a possibilidade de mudar qualquer caráter passivo, transformando o indivíduo em coletivo. Estabeleceu então como indissociável a relação entre estrutura e superestrutura, como analisou Gramsci “uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2000, p. 19). Portanto, foi capaz de estabelecer a interlocução entre os elementos que constituem a estrutura partidária: as massas, os grupos sociais (ou frações de classe) e sua direção.

Conclusão

A partir de 1977, a Tendência Insurrecional dominou a Direção Nacional, se tornando majoritária dentro da Frente Sandinista. Esse fato se deu principalmente pelos terceiristas defenderem que a luta antissomozista deveria ser travada através da junção de diversos setores da sociedade, incluindo a burguesia como já citado, apontando uma espécie de sectarismo das outras tendências. Essa imagem de promoção da unidade da oposição rapidamente ganhou espaço e adesão social. Não coincidentemente, Daniel Ortega foi a principal figura da FSLN entre 1979 e 1990, quando perdeu as eleições presidenciais para Violeta Chamorro, nome importante da ala conservadora do país e membro da União Nacional Opositora (UNO). Mesmo com as propostas de governo sendo estabelecidas



pela Junta de Governo, através do Plano de Reconstrução Nacional, Daniel Ortega desenvolveu uma figura egocêntrica e centralizadora de forma antidemocrática, levando à derrota do projeto revolucionário gradativamente, onze anos após a derrubada da ditadura.

Por volta do ano de 1978, com o recrudescimento político dos Somoza e das ações violentas do capital e com o desenvolvimento teórico e prático da FSLN, simpatizantes e da população nicaraguense em geral, os membros da Direção Nacional enxergaram que seria necessário um acordo de unidade entre si, mesmo que temporário e que em nada excluiu ou mascarou as divergências que possuíam entre si. Entenderam que as massas populares apoiariam de forma mais segura e efetiva o processo revolucionário caso enxergassem na Frente uma verdadeira vanguarda, coesa e preparar para guiar o combate contra a ditadura e consequentemente o imperialismo.

A Nicarágua observou um crescimento determinante dos grupos opositores e a iminência do triunfo da Revolução. Portanto, “no final de 1978, foi iniciado o processo de reunificação das três tendências (...) quando lançaram um comunicado que divulgava a formação da DNC [Direção Nacional Conjunta] composta por três representantes de cada tendência” (HELLMUND, 2013, p. 177-178, tradução nossa). Esses representantes eram: Tomás Borge, Henry Ruiz e Bayardo Arce representando a TGPP, Daniel e Humberto Ortega e Victor Tirado pela TI e Jaime Wheelock Román, Carlos Nuñez e Luis Carrión da TP. A partir deste momento, os documentos publicizados pelos sandinistas eram assinados pelas três tendências, demonstrando a verdadeira composição da direção¹³. Concretizaram então a ação prática através de uma frente estruturada que enfrentou o governo Somoza e sua violenta Guarda Nacional, resultando na tomada do Palácio Nacional em 19 de julho de 1979, marcando o triunfo da Revolução.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi instrumento não somente importante, mas fundamental para a consolidação da Revolução Popular Sandinista. Estudar e compreender a divisão e disputas internas que ocorreram é o que nos permite entender não só a lógica e a forma adotada na construção do processo revolucionário em si, mas sua relação com os trabalhadores, o motivo pelo qual foi criada uma Direção Nacional Conjunta que disputava a hegemonia de seus projetos políticos e, consequentemente, a razão pela qual os sandinistas perderam as eleições de 1990. Essas elucidações nos permitem enxergar a conjuntura atual de forma crítica, lúcida e



contextualizada, o que torna relevante por produzir conhecimento científico com bases marxistas sobre o rumo da história de um importante país latino-americano, trazendo contribuições teóricas profundas sobre a organização de suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Referências Bibliográficas

ALVES, Ana Rodrigues. *O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe*. São Paulo: Lua Nova, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLtmgCzbM/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 01 ago 2021.

ARCE, Bayardo. *A Revolução Nicaraguense Frente às Ameaças do Imperialismo*. Tradução Francisco Almeida. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1986.

BORGE, Tomas. *Carlos, el amanecer ya no es una tentación*. Managua: Nova Nicarágua, 1982.

CABEZAS, Omar. *A montanha é algo mais que uma imensa estepe verde*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAVALCANTE, Margarete Pereira. *O Partido Político e a construção da vontade coletiva em Gramsci*. In: *Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia*. Anais do I JOINGG – Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. ISSN 2526-6950. Universidade Federal do Ceará. Maio de 2017. Disponível em: <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/O-PARTIDO-POL%C3%8DTICO-E-A-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DA-VONTADE-COLETIVA-EM-GRAMSCI.pdf> Acesso em 05 jul 2021.



FONSECA, Carlos. *Obras*. Tomo I. Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1984.



_____, ___. *Síntesis de algunos problemas actuales*. Manágua: Editorial Nueva Nicaragua, 1981.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Editado por Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____, _____. *Quaderni del cárcere*. Edizione critica. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi. 3ª edizione, 4 volumes 2007.

GUEVARA, Ernesto. *Guerra de guerrillas: um método*. Disponível em: <http://webs.ucm.es/info/bas/utopia/html/che20.htm> Acesso em 10 ago 2021.

HELLMUND, Paula Fernández. La fractura del movimiento revolucionário: tendencias dentro del Frente Sandinista de Liberación Nacional (1972-1979). *Cuadernos de Marte*. nº 4, jul. 2013, p. 151-185.

LENIN, V.I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Obras Escolhidas, tomo 2. Lisboa-Moscovo: Editorial Avante, 1984. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm> Acesso em: 15 jul 2021.

_____, _____. *O trabalho do Partido entre as massas*. Tradução Fragmon Borges. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1961.



MACIEL, Fred. Insurreição e quadro político: Frente sandinista e a opção pela via armada na Nicarágua. *Oficina do historiador*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.6, n.1, jan/jun. 2013, p. 44-64.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri, 4ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____, _____. *O capital*: Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____, ___. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Moartorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora*: de Marx ao nosso tempo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____, _____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *Revista Marx e o Marxismo*, v. 2, n. 2, jan/jul 2014, p. 27-43.

MONROY-GARCÍA, Juan José. *Tendencias ideológico-políticas del Frente Sandinista del Liberación Nacional (FSLN) 1975-1990*. México: Universidad Autónoma del Estado de México, 2015.



THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____, _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

_____, _____. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. Tradução de Denise Bottmann, 9ª ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz e Terra, 2018.

TIRADO, Manlio. *La revolución sandinista*. México: Nuestro Tiempo, 1983.

ZIMMERMANN, Matilde. *A Revolução Nicaraguense*. São Paulo: Unesp, 2006.

_____, _____. *Carlos Fonseca e a Revolução Nicaraguense*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Sites

CENTRO de Documentación de los Movimientos Armados. *Frente Sandinista de Libertação Nacional*. Artículos. Disponível em: [http://www.cedema.org/index.php?ver=verlista&grupo=41&nombrepais=Nicaragua&nombregupo=Frente%20Sandinista%20de%20Liberaci%F3n%20Nacional%20\(FSLN\)](http://www.cedema.org/index.php?ver=verlista&grupo=41&nombrepais=Nicaragua&nombregupo=Frente%20Sandinista%20de%20Liberaci%F3n%20Nacional%20(FSLN))
Acesso em 11 ago 2021.

DOCUMENTO. Principios y políticas del Gobierno de Nicaragua. *Cuadernos Políticos*, número 32, México, D.F., editorial Era, abril-junho de 1982, p. 70-81. Disponível em:



http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.32/CP32.8.Principios_Politiclas.pdf Acesso em 02 ago 2021.

HABLA Carlos Fonseca. *Frente Sandinista de Libertação Nacional*. Disponível em: <http://www.sandinovive.org/carlos/pensamientos82a.htm#IV> Acesso em 28 jun 2021.

MEMORIAS de la Lucha Sandinista. Por Mónica Baltodano. Disponível em: https://memoriasdelaluchasandinista.org/view_text.php?author=2 Acesso em 28 maio 2021.

NICARÁGUA: La lucha popular contra la dictadura. *Cuadernos Políticos*, número 20, México, D.F., editorial Era, abril-junio de 1979, pp. 105-115. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.20/CP20.9.Nicaragua.pdf> Acesso em 02 ago 2021.

PRIMERA Proclama del Gobierno de Reconstrucción Nacional. *Programa de Gobierno*. Disponível em: <http://repositorio.uca.edu.ni/1883/1/Primera%20proclama%20del%20Gobierno%20de%20Reconstrucci%C3%B3n%20Nacional.pdf> Acesso em 29 jul 2021.

PROGRAMA de la Junta de Gobierno de Reconstrucción Nacional de Nicaragua, agosto de 1979. Disponível em: <http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/434/8/RCE8.pdf> Acesso em 27 jul 2021.

PROGRAMA Histórico del FSLN, 1969. Instituto de Iberoamérica. Disponível em <http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Nicaragua/FSLN/PROGRAMA%20HISTORICO%20DEL%20FSLN.pdf> Acesso em: 27 jul 2021.



SANDINO, Augusto Cesar. *Manifestos*. Disponível em:

<https://www.latinamericanstudies.org/sandino/> Acesso em 01 jul 2021.

Vídeos

ARCHIVO Mesoamericano. *Revisão Histórica dos acontecimentos na Nicarágua feita pelo camarada Herty Lewites, Ministro do Turismo*. 1984. Disponível em: https://archivomesoamericano.org/media_objects/zp38wc60z Acesso em 30 jul 2021.

Fontes Orais

Entrevista concedida por TÉLLEZ, Dora María. [04. 2021]. Entrevistadora: Bianca da Costa Bastos. Rio de Janeiro, 2021. arquivo mp4 (01:05:41). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1b2dAX3fokc-Gs7fnB5hS-8WwUzq2RUtv/view?usp=sharing> Acesso em 01 jul 2021.